

Uma reflexão acerca da crítica de Nietzsche ao contratualismo

João Evangelista Neto¹

Na seção 17 da Segunda dissertação de Genealogia da moral, Nietzsche apresenta uma crítica à hipótese contratualista do surgimento do "Estado". No entender do filósofo, imaginar que o "Estado" foi engendrado a partir de um contrato voluntário entre sujeitos livres que, de comum acordo, decidiram abdicar de uma parcela de sua liberdade em benefício da vida em sociedade consiste numa espécie de preconceito sentimentalista. Para Nietzsche, a origem do "Estado" não foi "gradual nem voluntária", mas resultado de um "ato de violência" repentino que obrigou populações a se submeterem a uma classe de senhores dominantes (o bando de "bestas louras"). Enfim, o estado seria fruto da "coerção" e não de uma decisão consensual amigável. Todavia, na seção 11 da primeira dissertação, o filósofo parece sugerir uma espécie de pacto "inter pares" dos senhores. Esse pacto seria pautado pela "consideração", "autocontrole", "lealdade" e "delicadeza". Haveria, nesse sentido, uma espécie de contratualismo restrito as "bestas louras"? Para tentar responder a essa questão, dividimos o nosso trabalho em dois momentos. No primeiro, iremos examinar as seções 16 e 17 da segunda dissertação da Genealogia da moral no intuito de esclarecer a crítica de Nietzsche ao contratualismo. No segundo momento, voltaremos nossos esforços às seções 10 e 11 da primeira dissertação com o objetivo de verificar, se de fato é possível aproximar o "pacto" "inter pares" dos senhores da noção de 'contrato' da tradição política.

Palavras-chave: contratualismo; inter pares; bestas louras.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), realizou o estágio "doutorado-sanduíche" na Universidade de Reims Champagne-Ardenne (França). Também é integrante do Grupo de Estudos Nietzsche (GEN) e leciona na Universidade Católica de Pernambuco.

A reflection about Nietzsche's critique of contractualism

In section 17 from the second treatise of Genealogy of Morality, Nietzsche presents a critique to the contractualist hypothesis for the emergence of the “State”. To the philosopher, imagining that the “State” was conceived from a voluntary contract between free subjects that, by agreement, decided to abdicate part of their liberties in benefit of life in society consists in a kind of sentimentalist prejudice. To Nietzsche, the origin of the “State” was not “gradual nor voluntary”, but the result of a sudden “act of violence” which obliged populations to submit to a class of ruling lords (the pack of “blond beasts”). In the end, the State would be the result of a “coercion”, not of a friendly, consensual decision. However, in section 11 from the first treatise, the philosopher seems to suggest some sort of “inter pares” pact between the lords. This pact would be marked by “consideration”, “self-control”, “loyalty” and “delicacy”. Would there be, thus, a kind of contractualism restricted to the “blond beasts”? To try to answer this question, I divide this work in two moments. In the first one, I will examine sections 16 and 17 from the second treatise of Genealogy of morality with the intention of shedding light on Nietzsche's critique of contractualism. In the second one, I will focus on sections 10 and 11 of the first treatise with the goal of checking if it is in fact possible to compare the “inter pares” “pact” between the lords to the notion of “contract” from our political tradition.

Keywords: contractarianism; inter pares; blond beasts.